



Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional Do Trabalho da 5ª Região

SUBCOMITÊ REGIONAL DO SIGEP

ATA DE REUNIÃO Nº 01/2024

Local	Data	Horário
(Google Meet)	29/02/2024	13h30 às 15h

Participantes	Setor
Ana Cláudia Accioly Lins	Coordenadoria Administrativa de Pessoas (CAP)
Catarina Dantas Alves	Secretaria de Organização e Métodos (SOM)
Claudia Cristina Ferreira Jorge	Coordenadoria de Projetos Especiais(CPE)
Cristiane Lantyer Azevedo	Coordenadoria de Projetos Especiais
Eliana Pinheiro de Sousa	Assessoria da Secretaria-Geral da Presidência
Itana Mustafá Tanajura	Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CDP)
Larissa Silva Brandão	Coordenadoria de Pagamento (Copag)
Leandra Maria Leal	Diretoria-Geral (DG)
Leonardo Rodrigues Barreto	Coordenadoria de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas (CDMS)
Nadja Costa Rodrigues	Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
Rogério Salustiano Costa	Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas
Sane de Brito Maia	Escola Judicial (EJUD)
Valdicea Costa do Val	Escola Judicial

OBJETIVO DA REUNIÃO

Reunião ordinária do Subcomitê Regional do Sigep

PAUTA

1. Publicação do ATO GP N. 2/2024
2. Implantação de novos módulos/versões do Sistema SIGEP: Designação de Magistrados(AA) , GECJ, SisEjud, Avaliação de desempenho(AA) , ACIP(AA), Artemis(AA).
3. Atualização do Ato TRT5 n. 127/2022 (SIGEP - Minuta - Alteração do ATO TRT5 N. 127/2022.)
4. Processo de priorização de demandas do Sigep-JT
5. Processo de homologação de versões do Sigep -JT
6. Programa de modernização e integração dos sistemas administrativos



Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional Do Trabalho da 5ª Região

DISCUSSÃO DA PAUTA

Claudia iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e passou a discorrer sobre os pontos previstos na pauta:

1. Publicação do ATO GP N. 2/2024

Sobre o ato que institui o Subcomitê Regional do SIGEP (SRSIGEP) do TRT da 5ª Região, ratificou as atribuições e competências do subcomitê descritas no documento. Ato contínuo, destacou a periodicidade da realização das reuniões, qual seja: ordinariamente, a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, quando necessário, e propôs o agendamento de encontros para os dias 30/5, 29/8 e 28/11, sempre às 13h30, conforme observação de Leonardo, com anotações na agenda do Tribunal, salientando que novas datas podem ser sinalizadas, caso haja a necessidade de mudança. Após a concordância de todos os presentes, Claudia seguiu para o tópico seguinte.

2. Implantação de novos módulos/versões do Sistema SIGEP: Designação de Magistrados(AA) , GECJ, SisEjud, Avaliação de desempenho(AA) , ACIP(AA), Artemis(AA).

Para contextualizar, Claudia informou que até novembro de 2023 foi a coordenadora do projeto de implantação do Sigep. O escopo do projeto incluiu a implantação do módulo principal do Sigep e outros 7 módulos: FolhaWeb (folha de pagamento), SIGS (Saúde e Prontuário eletrônico), Progecom (Gestão por competências), Gest (Gestão de estagiários), Passivos, SigepOnline e Conector eSocial. Além disso, foi realizada a implantação do eSocial e EFD-Reinf. Claudia destacou que o sistema está em constante manutenção e que serão discutidos, na presente reunião, os novos módulos pendentes de implantação. Em seguida, compartilhou a planilha de controle e solicitou o auxílio de Rogério e dos responsáveis pelos módulos:

- Designação de Magistrados/Gestão de Atos/Editais (DMAG) e GECJ

Noticiou que vem trabalhando nesse módulo desde o ano passado, com o auxílio da Secretaria de Organização e Métodos (SO&M), uma vez que envolve mudanças em processos de trabalho de algumas unidades, a exemplo da Secretaria do Tribunal Pleno, Corregedoria, Presidência, e cuja homologação foi suspensa e retomada recentemente, passando a palavra a Catarina, responsável pelas ações empreendidas, para mais informações sobre a situação do módulo.

Neste momento, Catarina informou que as novas versões foram disponibilizadas para homologação e que entrou em contato com as áreas que utilizarão esses módulos, como a Corregedoria. Ela comunicou que parametrizou os ambientes de testes, mas ainda estão tentando entender alguns erros do sistema, tendo registrado um chamado no Redmine. Catarina também mencionou que já fez uma apresentação informal do módulo e seu funcionamento, e pretende liberá-lo para que possam utilizá-lo. Ela noticiou que nos próximos dias 4, 5 e 6 de março haverá um curso promovido pelo TRT3, com a participação limitada a cinco pessoas, do qual participará juntamente com Rogério da Setic, Natália da Seção de Atendimento a Magistrados (SAM) e representante da Coordenadoria Administrativa de Pessoas (CAP).

Na oportunidade, Leonardo manifestou-se, dizendo que promoveu à sua inscrição e a de Rogério, mas que no proad só constou a inscrição dele e que, caso os dois não possam participar, Rogério representará a Setic no curso. Claudia perguntou se não haveria alguém do Pleno, ao que Catarina respondeu que André iria participar também e, sobre se alguém da Presidência iria participar, ao que Catarina respondeu que não. Foi dito que não há prazo para implantação do módulo, mas que a instituição que utilizar o quanto antes. Nesse momento, Catarina mencionou o mês de maio e Rogério informou que há menção a prazo em um documento do proad 55/2024. Claudia confirmou a informação, constante do Ofício Circular CSJT.SG.SETIC Nº 282/2023, que instruiu o mencionado proad, e no qual destaca que a versão 1.55 do SIGEP-JT está programada para ser lançada em maio de 2024, restando subentendido que o prazo é esse e que, destacou Rogério, não só para o Demag, e os submódulos de editais e atos, mas também o GECJ. Depois, Claudia questionou sobre os testes do



Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional Do Trabalho da 5ª Região

GECJ e se havia alguma informação a respeito. Catarina respondeu que os testes foram tranquilos, mas ainda é necessário definir com Márcio Fernando e o Juiz Auxiliar da Corregedoria, Joalvo Carvalho ((Juiz Auxiliar da Corregedoria), algumas questões sobre o pagamento do GECJ no âmbito regional em comparação com o funcionamento do módulo nacional, para entender como as diferenças serão tratadas.

Na ocasião, Larissa manifestou-se sobre o módulo de designação de magistrados, destacando que ainda não foram realizados testes para verificar se as designações estão gerando repercussão financeira na folha de pagamento. Ela expressou a intenção de cadastrar as designações no módulo após o curso que será realizado em março, para avaliar a repercussão financeira. Catarina informou que os testes não foram feitos devido a questões técnicas pendentes, sendo necessário abrir um chamado. Ela explicou que o que é cadastrado no novo módulo precisa ser divulgado para ter repercussão financeira, e que estão enfrentando problemas com essa divulgação. Larissa acrescentou que desde a versão do FolhaWeb do final do ano passado há problemas com a publicação, pois não há uma publicação automática no diário, sendo necessário dar um comando específico para que a substituição produza efeito na folha. Larissa também mencionou a dificuldade na realização dos testes do GECJ devido à divergência de regras, o que impede a validação da correção dos dados.

Claudia propôs marcar uma reunião para o dia 8 de março, às 10h, logo após o treinamento, com os envolvidos, incluindo Larissa, Márcio Fernando, Joalvo Carvalho e um representante da Presidência, para resolver as questões e definir os critérios e regras. Eliana mencionou o evento do Dia da Mulher no Comércio, a ser realizado na data prevista.

Ficou deliberado que Claudia tratará do agendamento da reunião após consulta aos servidores envolvidos.

- SisEjud

A respeito do módulo da Escola Judicial, Valdicea relatou que começou recentemente a testar o módulo da Escola Judicial e que, inicialmente, o módulo foi liberado apenas para a área de logística, responsável pela inscrição e frequência. No entanto, ao começar a utilizar o SisEjud, percebeu que se trata de uma ferramenta mais abrangente, que envolve toda a gestão da escola, desde orçamento, planejamento e contratação. Diante disso, solicitou orientação ao TRT4, que disponibilizou um curso EAD. A diretora da unidade, Amoni, solicitou que todos os servidores façam o curso sobre o sistema em até duas semanas, prevendo que até o dia 15 de março todos na escola já saibam usar a ferramenta. Em seguida, Leonardo informou que, a pedido de Amoni, foram criados usuários de homologação para os servidores da unidade. Respondendo à pergunta de Claudia, Valdicea destacou que precisa ter mais clareza sobre a ferramenta para apresentar um planejamento sobre a previsão de implantação do sistema, esperando que o curso EAD seja suficiente para esclarecer todas as dúvidas. Ela enfatizou que tanto a diretora da unidade quanto a Juíza Ana Paola estão entusiasmadas com a ferramenta.

- Avaliação de Desempenho

Sobre o módulo de avaliação de desempenho, Rogério comunicou que está em homologação, mas que não tem maiores dados sobre o andamento e em que nível está, ao que Claudia noticiou que faz parte do grupo de sustentação local e tem acompanhado que as dúvidas negociais apresentadas pela CDP estão sendo respondidas pelo Regional responsável por esse módulo.

- Atualização Cadastral de Inativos e Pensionistas

Seguindo com a pauta, Claudia perguntou se a CAP conseguiu homologar o módulo ou qual era a previsão, considerando o impacto no cadastramento dos aposentados. Ana Cláudia respondeu que não conseguiu homologar devido ao cadastramento feito em outubro do ano passado, pois os pensionistas não teriam acesso ao sistema. Por isso, o cadastramento foi realizado da mesma forma que no ano anterior, já que não é possível fazer o cadastramento pela metade. Ela informou sobre uma reunião agendada para as 15h com o TRT15, com o responsável pelo ACIP naquele Regional, para discutir a atualização deste módulo, que prevê o uso de reconhecimento facial. Ana Cláudia mencionou que só após essa reunião avaliará se vale a pena o TRT5 implantar esse módulo, e acrescentou que não sabe se é obrigatório. Rogério informou que a previsão para liberação desse módulo em ambiente de homologação é o dia 19 de abril e, em 20 de maio, a liberação para o ambiente de produção, que vem junto com a versão cheia do Sigepe, 1.55. Ele acrescentou que, teoricamente, a proposta é boa, pois envolve comunicação com a conta Gov.br e leitura facial, o que garantiria uma segurança considerável para a prova de vida.



Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional Do Trabalho da 5ª Região

○ Artemis

Sobre o módulo Artemis de remoção de servidores, Claudia justificou a ausência de Marina à reunião, em virtude do falecimento do pai de servidora lotada na SGP, uma vez que acompanharia a colega no sepultamento. Complementou que o módulo estava sendo homologado, mas que não tem mais dados sobre o evento.

Nesse momento, Itana ingressou na reunião para prestar as informações sobre o módulo de avaliação de desempenho e, enquanto aguardavam o ingresso de Nadja, servidora diretamente responsável pela homologação, Claudia recordou os módulos do Autoatendimento já implantados: Consulta de Informações Funcionais, Controle de Acesso (uso restrito da Setic), Parâmetros dos submódulos do Autoatendimento (uso restrito da Setic) e Atualização e cadastramento de dados. Ela questionou Ana Cláudia sobre o módulo Requerimentos de Frequência Online, cuja homologação havia sido suspensa. Ana Cláudia respondeu que já haviam iniciado a homologação com todos da CAP, mas perceberam que era como um PROAD que não se comunicava com o diário e, por unanimidade, decidiram que não era interessante para a CAP utilizar. No entanto, como existe uma segunda versão, ela disse que retomarão a homologação. Quanto aos módulos Concurso Promoção/Acesso de Magistrados e Remoção de Titular de Vara do Trabalho, Claudia avaliou que devem ser homologados pela Corregedoria. No entanto, como a unidade está priorizando a implantação dos módulos de Designação e GECJ, esses módulos serão tratados posteriormente. Leonardo salientou que o módulo de Docência e Concurso de Magistrado não tem relação com os cursos que os magistrados fazem internamente, mas sim a atuação como professor em universidade ou outra instituição, ao que Claudia inferiu que talvez esse módulo também esteja relacionado à Corregedoria.

Nadja ingressou na reunião e comunicou que, no que concerne à homologação do módulo de avaliação de desempenho, os testes foram concluídos, referentes a estágio probatório e desempenho funcional, e que, a partir de amanhã já pode gerar em produção a avaliação do pessoal cujo estágio probatório vai vencer em abril, pois que o Sigep permite gerar um mês antes para verificar se está tudo certo e então saber da Setic as instruções de acesso, a fim de que seja elaborado um tutorial para informar o caminho aos avaliados. Claudia perguntou a Rogério se poderia marcar uma reunião para acertar essa implantação em produção, previamente agendada para o dia 1º/3 às 9h. A seguir, Claudia questionou como fica o impacto na RA TRT5 29/2007, ao que Nadja respondeu que já fez a revisão e contatou a CAP para eles revisarem a parte de progressão. Destacou que em conversa com Patrícia, servidora lotada da Presidência, surgiu a proposta de elaborar um novo ato e extrair da RA as referências ao processo de avaliação de desempenho, acrescentando que a minuta desse ato já está pronta, aguardando revisão da CAP. Ao ser questionada por Claudia se o ato já deveria ser publicado para autorizar que a próxima avaliação seja nesse sistema, Nadja respondeu que pesquisou outros Regionais e que apenas um já regulamentou, sugerindo ver como funciona primeiro, como piloto, para só então publicar o ato, ainda que a forma de avaliação vá de encontro à norma vigente.

Em seguida, Claudia mencionou a Frequência, que não utilizamos, pois temos solução própria.

3. Atualização do Ato TRT5 n. 127/2022 (SIGEP - Minuta - Alteração do ATO TRT5 N. 127/2022.)

Com relação à proposta de atualização da norma que trata do acesso ao Sigep, Claudia mencionou que a minuta de alteração foi aprovada nas reuniões anteriores do Comitê do Sigep, cujas atas estão publicadas no proad 12908/2018. Nessas reuniões, foram incluídos órgãos como a Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria-Geral Judiciária, Corregedoria Regional Adjunta, a Coordenadoria de Material e Logística e os Gabinetes da Mesa Diretora, além de ter sido alterado o nome da Coordenadoria de Pagamento para Secretaria de Pagamento de Pessoal. Claudia perguntou se já era possível formalizar o envio da minuta dessa atualização para publicação, e todos concordaram. Quanto à Setic, após observação de Leonardo, ficou decidido que o acesso para alteração seria concedido apenas à Coordenadoria de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas (CDMS). Claudia tratará com Marina e encaminhará a minuta para publicação.

4. Processo de priorização de demandas do Sigep-JT

Relativo a esse tópico, Claudia falou que é importante que todos tenham clareza sobre o fato de que, desde o ano passado o Conselho aprovou um novo modelo de gestão de produtos nacionais, e que a proposta é de que,



Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional Do Trabalho da 5ª Região

no futuro, não exista mais comitê do Sigep, instituindo um representante local do tema pessoas, destacando que no TRT5 esse representante é ela mesma, sendo responsável por diligenciar junto ao Conselho. Enfatizou que optou-se por manter o subcomitê no TRT5 e uma das atividades desse representante é auxiliar na priorização das demandas que virão nas versões do Sigep. Noticiou que existe um ambiente *Redmine* onde todos os problemas, as dúvidas são registrados e como há reivindicações de todo o Brasil, cada vez que for lançada uma nova versão, os Regionais estão sendo instados a participar desse processo de priorização. Explicou que é aberto um chamado para o representante local, contendo as demandas candidatas à priorização, e que o processo consiste em enviar um e-mail para as unidades com o tema "Priorização de demandas", encaminhando uma planilha com todas as demandas elencadas pelo órgão superior. As unidades escolhem as que consideram mais relevantes. Como o Regional só pode indicar 15 demandas, o representante revisa e consolida as informações, contando com o apoio da SGP para a priorização. Após isso, comunica ao Subcomitê e publica as informações no ambiente nacional. No ensejo, Claudia apresentou a planilha aos participantes e exemplificou a tarefa. Esclareceu que após a fase de priorização, o CSJT faz uma análise das tarefas mais votadas e informa as que serão contempladas na próxima versão. Se colocou à disposição para esclarecer as dúvidas que ocorram durante o próximo processo de priorização.

5. Processo de homologação de versões do Sigep -JT

Considerando o calendário previamente divulgado e disponível na ferramenta Redmine, o CSJT disponibiliza a nova versão para homologação. Claudia ressaltou a importância de envolver as unidades nesse processo, reforçando a comunicação. Ela mencionou o envio de mensagens a todas as unidades, agora com a descrição do que deve ser homologado, quais telas acessar e o que verificar. Claudia enfatizou que, se houver tarefas abertas pelo nosso Regional no rol de itens a serem homologados, é nossa obrigação realizar a homologação da tarefa.

6. Programa de modernização e integração dos sistemas administrativos

Por último, Claudia informou que em agosto do ano passado foi criada a Coordenadoria de Programas Institucionais (CPI), da qual é a coordenadora, unidade responsável por dois programas institucionais, o Programa de Inovação e o Programa de Integração e Modernização dos Sistemas Administrativos. Complementou que, como era um fato novo, elaborou um documento para formalizar o programa, destacando o objetivo e as ações previstas. Por enquanto, em acordo com O&M, que foi a unidade proponente da mudança no regulamento, está finalizando o escopo inicial com o Sigep e, no futuro, apoiará os demais sistemas administrativos. Ressaltou que, basicamente, o foco principal é continuar apoiando o Sigep, acompanhando a implantação dos novos módulos, contribuindo para o processo de priorização de demandas e também monitorando o suporte ao usuário.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.